

WHITE PAPER

Foto: ToptoDown / Shutterstock

# SANEAMENTO BÁSICO

## Mapa das concessões: Brasil e Nordeste

Como a iniciativa privada cumpre papel essencial na universalização dos serviços de água e esgoto

FEVEREIRO, 2023

Redação: Henrique Cisman  
Diagramação: Matheus Giuliano Geraldi

# Enfim, o saneamento básico

O ano é 2023. Fazem parte da rotina assuntos outrora inimagináveis, como metaverso, inteligência artificial ultra avançada e viagens privadas ao espaço. Por outro lado, cerca de 130 milhões de brasileiros ainda não contam com serviços de saneamento básico: 35 milhões não têm acesso à água tratada e quase 100 milhões não têm coleta de esgoto sanitário, segundo o levantamento mais recente do Ranking do Saneamento, realizado pelo Instituto Trata Brasil.

Mas este cenário lamentável começa a mudar a passos largos, desde a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, em julho de 2020, cuja meta principal é universalizar o atendimento até 2033 - 99% da população com acesso à água tratada e 90% à coleta de esgoto.

O assunto tem sido tema central das reuniões e conferências realizadas pelo GRI Club Infra com autoridades, investidores e operadores da infraestrutura. Neste material, trazemos números, análises e perspectivas para o saneamento no Brasil nos próximos meses e anos, com especial atenção à região nordeste, uma das mais desatendidas nesta área, mas que já conta com casos de sucesso na parceria entre público e privado, conforme mostrará este paper.

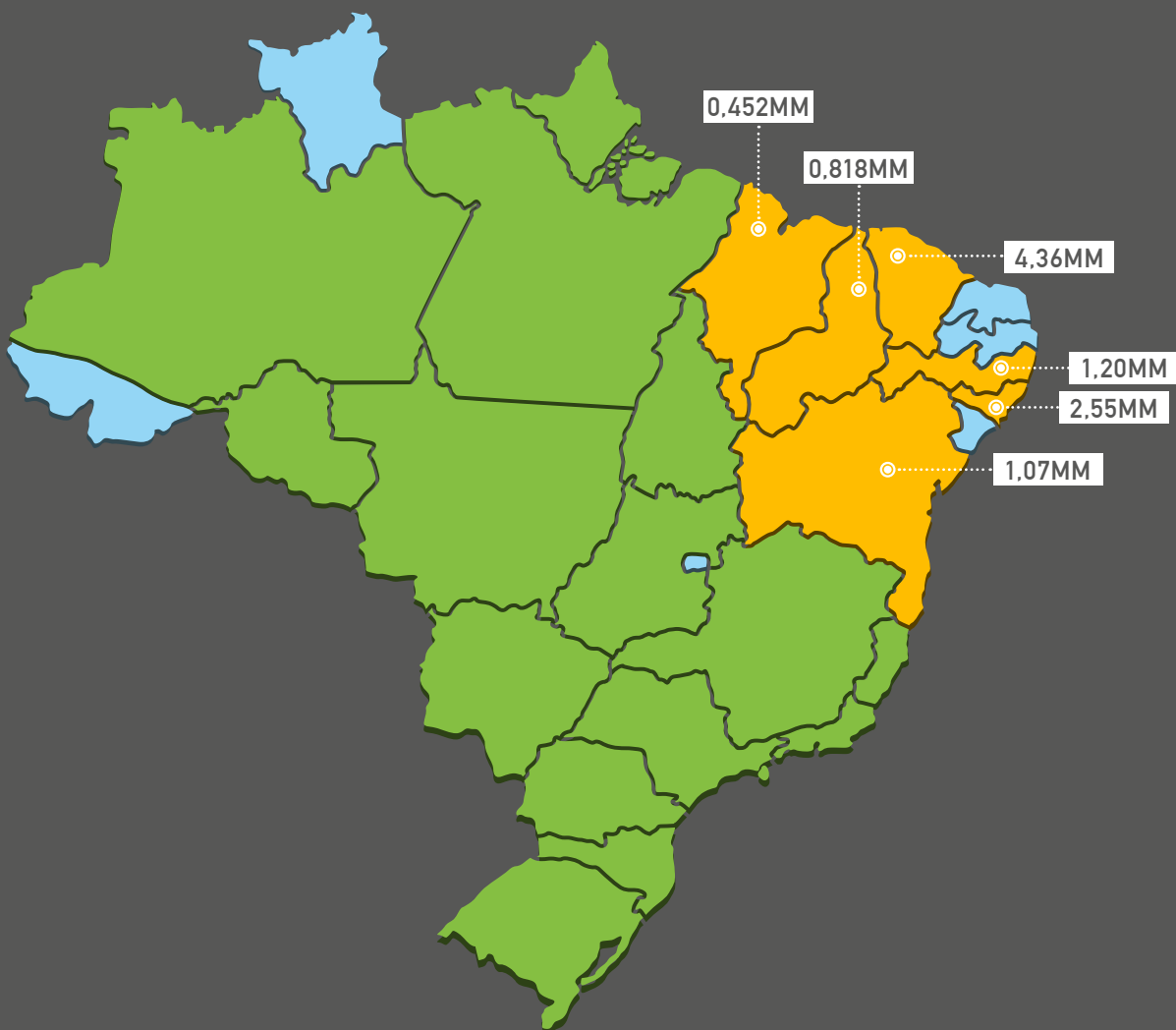
Boa leitura!

## A situação atual

De acordo com a ABCON SINDCON (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), o Brasil tem atualmente 206 concessões ou parcerias público-privadas que atendem a 542 municípios, beneficiando uma população superior a 53 milhões de pessoas.

Na região nordeste, os operadores privados estão presentes em seis estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí, totalizando 130 municípios e 10,5 milhões de pessoas atendidas.

### POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SETOR PRIVADO NO NORDESTE



Fonte: ABCON SINDCON

Em âmbito nacional, o Rio de Janeiro lidera em relação à população beneficiada por concessões e PPPs de saneamento básico, com mais de 18 milhões de pessoas; na sequência aparecem São Paulo (11,2 milhões) e Ceará (4,3 milhões).

Em número de concessões, o estado paulista aparece na primeira posição, com 45 projetos, seguido por Mato Grosso (39), Tocantins (36) e Rio de Janeiro (20). O estado com mais municípios atendidos é o Tocantins, com 83, e depois Alagoas (81), Mato Grosso do Sul (69) e Rio de Janeiro (67).

A comparação entre nordeste e o restante do país mostra que a região está um pouco mais atrasada na universalização do saneamento, conforme tabela a seguir.

Saneamento Básico	Região Nordeste	Brasil
% população atendida com abastecimento de água	74,72	84,2
% população com coleta de esgoto	30,2	55,81
% do esgoto tratado em relação ao esgoto coletado	77,93	80,84

Fonte: SNIS

Segundo a ABCON SINDCON e a KPMG, o volume de investimento necessário para universalizar o saneamento básico até 2033 é de R\$ 893,34 bilhões em âmbito nacional, e de R\$ 232,82 bilhões na região nordeste, equivalente a 26% do total.

Estão previstos 37 novos leilões de saneamento no país, e a previsão de investimento para as concessões que já possuem alguma estimativa é de R\$ 14,9 bilhões. Há cinco projetos em estruturação no BNDES.

## Os efeitos positivos das concessões e PPPs

Duas das principais companhias que investem no saneamento brasileiro, Aegea e BRK Ambiental aceitaram o convite do GRI Club Infra para colaborar neste material, por meio dos porta-vozes Rogério Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais da Aegea, e Daniela Sandoval, vice-presidente de Assuntos Corporativos e Regulação da BRK.

Presente em três estados do nordeste - Ceará, Maranhão e Piauí -, a Aegea venceu recentemente as licitações para operar os serviços de esgotamento sanitário no município de Crato, no Ceará, e os blocos 1 e 2 da Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará), que englobam as regiões metropolitanas Sul de Fortaleza e do Cariri (Bloco 1) e Norte de Fortaleza (Bloco 2). Em dezembro de 2022, a empresa levou a concessão para gestão dos resíduos sólidos urbanos em nove cidades da região do Cariri, também no Ceará, beneficiando mais de 350 mil pessoas.

No município de Crato, atualmente apenas 3% do esgoto é tratado. Segundo Tavares, este número deve alcançar 50% em apenas dois anos. Serão investidos R\$ 100 milhões nos primeiros cinco anos e um total de R\$ 250 milhões ao longo dos 35 anos de contrato, beneficiando 133 mil pessoas.



Outro exemplo é a cidade de Teresina, capital do Piauí, que após a privatização do atendimento alcançou a universalização do abastecimento de água, colocando fim à seca crônica que prejudicava a população nos meses de setembro a dezembro, quando se registram as temperaturas mais altas. Desde 2017, a Aegea já investiu R\$ 600 milhões na capital por meio da sua concessão Águas de Teresina, e o valor total a ser aplicado ao longo do contrato de subconcessão é de R\$ 1,7 bilhão.

A cidade de Timon, no Maranhão, alcançou a universalização do abastecimento de água no primeiro ano de concessão, em 2015. Em julho de 2022, a cobertura de esgotamento sanitário do município saltou de 3% para 33% e a universalização está prevista para ocorrer até 2026. Estes avanços iniciais devem-se, principalmente, a grandes obras estruturantes no sistema de esgotamento sanitário da cidade realizadas no último ano, como a implantação de 30 km de redes novas de esgoto e mais de 40 km de redes recuperadas em diversos bairros.

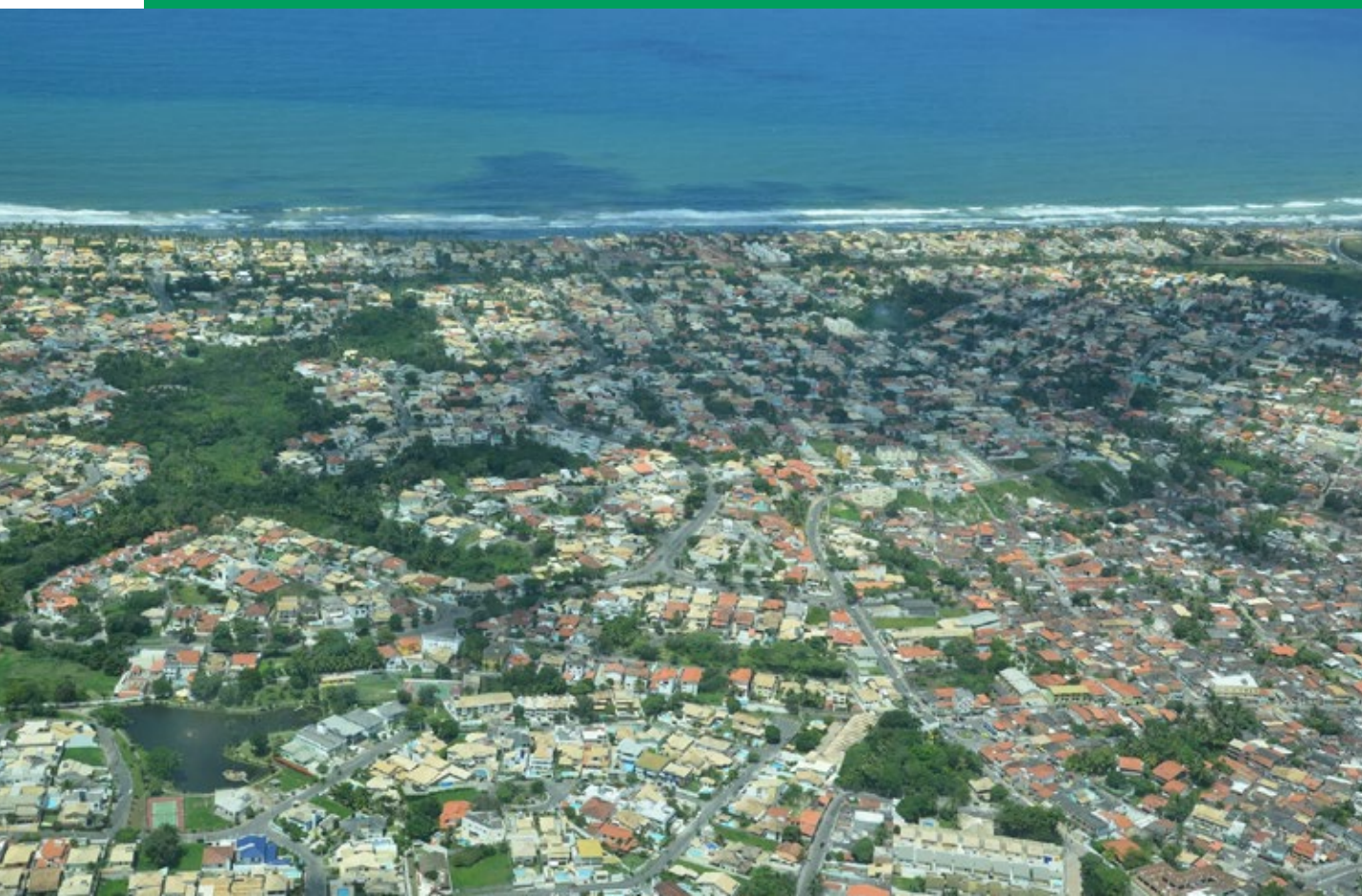
“Para além disso, estão em fase final de construção uma estação elevatória e uma estação de tratamento de esgoto com capacidade para atender 200 mil pessoas. Como contrapartida social, a Águas de Timon entregou uma nova escola de ensino fundamental para a comunidade, toda equipada e climatizada”, diz Rogério Tavares.



A BRK Ambiental está presente em quatro estados do nordeste - Alagoas, Bahia, Maranhão e Pernambuco - e foi a primeira empresa do setor a vencer uma licitação após a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, justamente na região nordeste, assumindo a gestão dos serviços de água e esgoto em 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió, capital de Alagoas, por meio de uma concessão de 35 anos. A empresa será responsável por investir R\$ 2,6 bilhões em infraestrutura ao longo do período de concessão, sendo a maior parte (R\$ 2 bilhões) já nos primeiros seis anos.

No Maranhão, a BRK atua desde 2015 por meio de um contrato de concessão de 35 anos em que é responsável pela gestão dos serviços de água e esgoto e pelo desenvolvimento da infraestrutura necessária para atender cerca de 416 mil habitantes dos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, com investimentos previstos na ordem de R\$ 430 milhões.

Na Bahia, a BRK tem uma parceria público-privada (PPP) com a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) para a construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, com um investimento realizado de R\$ 259 milhões. A atuação da empresa inclui a disposição final dos esgotos sanitários da região Norte de Salvador e parte do município de Lauro de Freitas, em atendimento a 1 milhão de habitantes.



Em Pernambuco, a BRK Executa - em conjunto com a Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento) - a maior parceria público-privada do país, que tem como meta ampliar a cobertura do saneamento nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife, mais o município de Goiana, na Mata Norte do Estado. A parceria iniciada em 2013 é vigente por 35 anos e prevê a ampliação da cobertura de esgoto, garantindo 100% de tratamento de todo o efluente coletado na área atendida para beneficiar cerca de 6 milhões de habitantes (população estimada ao final do contrato). Para alcançar estes índices, estão sendo investidos R\$ 6,8 bilhões na ampliação, modernização e recuperação dos sistemas existentes. Desse total, a BRK é responsável por R\$ 5,9 bilhões.

## A importância do Novo Marco Legal

De acordo com Daniela Sandoval, uma das principais melhorias trazidas pelo Novo Marco é a definição da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) como agência responsável pela edição de normas de referência para o setor, garantindo a segurança jurídica. “Hoje, temos 86 agências reguladoras de saneamento com atuação infranacional. Ao avançarmos na direção de uniformização da regulação do setor, estamos permitindo uma maior competitividade, mais eficiência operacional e qualidade na prestação dos serviços”.

Outro ponto importante da nova lei é assegurar a igualdade de competição entre os operadores públicos e privados, determinando que a prestação de serviços de saneamento básico deve se dar por contrato de concessão (ou seja, não haverá mais permissão a novos contratos de programa). “Portanto, [a contratação] depende da realização de processo licitatório prévio, o que assegura que a administração pública celebre o contrato com aquele que demonstrar a proposta mais vantajosa para a operação dos serviços e para os clientes”, afirma a executiva.

Também são mencionadas como melhorias relevantes as metas intermediárias de universalização, a avaliação da capacidade econômico-financeira das empresas prestadoras de serviços de saneamento - a fim de garantir a realização dos investimentos necessários - e o estímulo à regionalização para ganho de escala, o que pode viabilizar tarifas socialmente equilibradas, especialmente em cidades menores e mais afastadas dos grandes centros.

“Centenas de prestadores de serviço não têm a capacidade de investimento necessária para cumprir as metas estabelecidas pela lei, o que destaca a importância da regionalização. Dos 3,9 mil municípios que deveriam comprovar as condições econômico-financeiras para enfrentar o desafio imposto, quase um terço não recebeu a comprovação das Companhias Operadoras de que podem universalizar os serviços de água e esgoto no prazo”, diz Rogério Tavares.





Ainda segundo o executivo, o saneamento brasileiro é um setor com alto índice de interesse de investidores nacionais e estrangeiros em razão das diversas oportunidades de negócio pelas questões geográficas e, com a nova legislação, pela possibilidade de parcerias e contratos com segurança jurídica. “Os baixos índices de atendimento são desafios que, se suprimidos, geram impactos sociais positivos e resultados financeiros. O BNDES montou uma fábrica de projetos e esse trabalho é essencial, já que uma modelagem bem feita é a chave do sucesso”.

Embora recente, o Novo Marco Legal do Saneamento já viabilizou mais de R\$ 80 bilhões em investimentos nos últimos dois anos. Desde então, 244 cidades contam com os serviços de empresas privadas, e uma população de 24 milhões de pessoas passou a ter acesso à água de qualidade e ao tratamento de esgoto.

## O papel da ANA

No entendimento de Daniela Sandoval, apesar da publicação de medida provisória e decretos do atual governo federal com relação à organização das competências dos ministérios e demais órgãos, inclusive sobre os serviços de saneamento, não houve mudança substancial nas principais atribuições estabelecidas pelo Novo Marco Legal, em especial da atribuição da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre a edição das normas de referência.

“É importante garantir a continuidade da harmonização e qualificação da regulação pela ANA, que dão a estabilidade institucional e jurídica necessárias para atrair investimentos e garantir qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico”, ratifica a executiva.

Rogério Tavares endossa esta visão: “É notória a evolução de projetos em saneamento após a publicação do marco e o papel da ANA indicando as diretrizes regulatórias. Hoje, o setor ocupa papel preponderante no desenvolvimento econômico e social do país, com impactos que resultam na valorização imobiliária de diversas regiões e na geração de empregos”.



## O ambiente onde nascem novas parcerias e negócios na infraestrutura e energia




## Contato



**Moisés Cona**

Partner, Infrastructure  
moises.cona@griclub.org  
+55 (11) 96695-6107

 @griclub.infra

 GRI Club Infrastructure

 [griclub.org](http://griclub.org)

---